

100 DIAS

Sérgio Amaral/AE



Desgaste do governo FH é resultado de um exagero de expectativas: o clima em torno da posse não era apenas o de esperança de uma excelente administração, mas também incluía grande dose de fantasia

QUERIA-SE UM MILAGRE

As taxas mensais de inflação têm sido as mais baixas dos últimos 25 anos no País

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Especial para o Estado

O desgaste do governo FH cem dias após o seu início é o resultado do exagero das expectativas. O presidente é um político do melhor quilate moral e intelectual, e vem com a legitimidade de uma eleição popular em primeiro turno. O Ministério é idôneo e competente. Por certo a máquina governamental ainda não está azeitada pela experiência e há falhas tanto na articulação política quanto na comunicação social. Mas isso não basta para explicar o desânimo que se abateu sobre grande parte da opinião pública, particularmente depois da mudança da banda cambial e das primeiras dificuldades enfrentadas pelo governo na discussão das emendas constitucionais.

Ocorre que o clima que se criou em torno da posse do presidente não era apenas a esperança de um excelente governo. Era a expectativa de um milagre. O Plano Real acabara com a inflação e restaurara o crescimento sustentável.

O Brasil estava a um breve passo da modernidade, faltando apenas as reformas constitucionais que o Congresso daria de mão beijada a Fernando Henrique. Afinal, se Collor conseguira o apoio do Legislativo para sequestrar 75% da poupança financeira de todos os brasileiros, por que FH teria dificuldades em obter emendas constitucionais que foram um dos cavalos de batalha de sua campanha eleitoral?

Em tudo isso havia grande dose de fantasia. O Plano Real baseou-se num esquema extraordinariamente hábil de desindexação, fundamentado na transição da URV para a nova moeda legal, e num aumento de receitas federais, proporcionado pela criação do Fundo Social de Emergência e do IPMF. Graças a esse aumento, reforçado pela melhoria da arrecadação decorrente da reativação da economia, o governo federal equilibrou suas contas em 1994. Mas, se coisa não houve, foi austeridade nos gastos públicos. O presidente Itamar Franco não acreditava em restrições orçamentárias menos generosas do que seu coração. Por isso, ao longo de seus dois anos de governo, a despesa de pessoal da União duplicou em termos reais. Na mesma linha, o programa de privati-

zação iniciado no período Collor ajustou-se ao passo de cágado, pois doía ao Presidente alienar ativos do governo, ainda que fosse para resgatar títulos públicos que custavam juros usurários.

Na ausência de uma política de austeridade, o Plano Real contou com a ajuda da famosa âncora cambial, baseada na queda de cerca de 15% na cotação do dólar, e na liberação das importações. Dizia-se antigamente que a salvação do Brasil estava nas exportações. Mas, no final de 1994, os exportadores viraram lobistas e os importado-

res, heróis, segundo a retórica governamental. Tudo isso durou até às vésperas do Natal, enquanto os capitais internacionais de curto prazo andavam apaixonados pelos *emerging countries*. Mas aí estourou a crise do México, e âncora cambial começou a enferrujar rapidamente. A conta da nossa travessura veio nos déficits comerciais a partir

de novembro, e que só foram divulgados depois da posse de Fernando Henrique Cardoso. A política econômica do segundo semestre do ano passado conse-

guiu uma façanha: inverter rapidamente o saldo da balança comercial de 1.000 positivos para 700 negativos, em milhões de dólares mensais. A festa foi grande mas, nesse ritmo, caminhávamos para o mesmo destino do México. Foi quando o governo acordou e reagiu, primeiro com a mudança da banda cambial na semana de 6 de março, depois com a elevação para 70% do imposto de importação sobre automóveis, eletrodomésticos e outros bens duráveis de consumo.

Nada disso invalida os avanços realizados na área econômica desde julho do ano passado. As taxas mensais de inflação têm sido as mais baixas dos últimos 25 anos, e a produção, o consumo e o emprego vêm crescendo apreciavelmente. Mas é claro que ainda estamos longe do ideal de uma economia estabilizada, passível de ser administrada com regras do jogo estáveis.

Na mesma linha, o governo parece ter subestimado as resistências do Congresso às suas propostas de emendas constitucionais. De fato essas resistências eram previsíveis. Primeiro pelo precedente do fracasso de revisão constitucional no governo Itamar Franco. Segundo porque, no nosso sistema político, onde se troca de partido como quem troca de camisa, os congressistas não se sentem solidários com os êxitos ou insucessos do governo.

Como tal, honrosas exceções à parte, os parlamentares votam exclusivamente de acordo com os seus interesses eleitorais. Há poucos dias, líderes da chamada bancada ruralista não se envergonharam em dizer, diante das câmeras de televisão, que condicionavam seu voto a favor das reformas propostas pelo Executivo à redução dos juros do crédito rural.

Isso significa que, para eles, a existência ou não de monopólios estatais, assim como a falência ou não da Previdência Social, são temas sem a mínima importância. Interessa-lhes exclusivamente o que afeta o bolso dos seus eleitores. Pode-se questionar a lógica de tais representantes de interesses setoriais terem direito a voto em emendas constitucionais. Mas, infelizmente, o nosso sistema político é assim.

Em suma, é preciso descer do sonho à realidade. Cem dias após a posse, o governo Fernando Henrique Cardoso só frustra as expectativas de quem acreditou em milagres.

■ Mário Henrique Simonsen, economista, foi ministro da Fazenda e ministro do Planejamento

Dida Sampaio/AE



Expectativas: o presidente é político do melhor quilate moral

ESTAMOS LONGE DO IDEAL DE ESTABILIZAÇÃO

Avaliações

Vicente Paulo da Silva, presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

“É pouco tempo para avaliar um governo, mas o presidente começou muito mal. Quando o povo o elegeu no mínimo imaginava uma postura ética impecável. Mas ele começou negando o aumento do salário mínimo. Ao mesmo tempo concordou em aumentar seu próprio salário e o dos deputados, criando decepção generalizada. Depois de fazer tudo isso, considerou absolvido o senador Lucena. E qual foi a explicação que deu? A de que não queria conflito com o Congresso. Ora se ele não queria conflito com o Congresso por causa do Lucena, por que criou conflito com o salário mínimo? Esse traço da personalidade dele é que me assusta. O governo trata com desdém os movimentos sociais. Ele não ganha ninguém dizendo que o movimento sindical só faz nhenhê e gritaria. Não é bom para um país, que já está frustrado, ver seu presidente ter esse tipo de relação com o movimento sindical e com o povo. Fiquei atônito ao ver um homem democrático agindo assim e perguntei: 'Presidente, o senhor está muito amarrado ao ACM?' E ele disse: 'O ACM não tem influência nenhuma, não apita e não preciso consultá-lo para nada.' Não compreendo o que ocorre. Temo que seja pura arrogância.”



Mário Bernardini, vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)

“Há sempre a expectativa que um novo governo faça algo diferente nos primeiros cem dias. Todos se preparam para oferecer medidas de impacto. Este governo não agiu assim e provocou frustração. No campo econômico é justificável em razão da continuidade do Plano Real. Mas nos demais campos perdeu oportunidades ímpares de mostrar que algo mudou. O cavalo passou encilhado na frente de Fernando Henrique umas três vezes. No caso do Lucena, foi inadmissível a anistia, pois o presidente tem uma história pessoal e a do PSDB. A segunda vez foi no caso do aumento dos deputados. Ele não poderia vetar — não é da alçada do Executivo —, mas poderia passar um pito descumunal num congresso moribundo, que se encerrava. A terceira vez foi no veto ao aumento do salário mínimo, que causou um desgaste político enorme. Esperávamos que o presidente Fernando Henrique mandasse para o Congresso Nacional um rol de medidas na área econômica, nas quais havia concordâncias. Indústria e sindicatos de trabalhadores estão há meses conversando sobre reforma tributária e já temos um acordo de princípios. E sobre relações capital e trabalho também temos propostas prontas.”

